

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.406 - PE (2019/0315815-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : REGINA CELIA NEVES RODRIGUES
RECORRENTE : PAULO FERNANDO NEVES RODRIGUES
RECORRENTE : OLGA MARIA NEVES RODRIGUES
RECORRENTE : ISA CRISTINA RODRIGUES DA SILVEIRA
RECORRENTE : LUIZ HENRIQUE NEVES RODRIGUES
RECORRENTE : MARIA DE FATIMA NEVES RODRIGUES
RECORRENTE : LUCIA HELENA RODRIGUES ROCHA
RECORRENTE : MARLENE NEVES RODRIGUES
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR - PE001037B
GRASIELLE FERNANDA FREIRE CABRAL - PE047416
RECORRIDO : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por REGINA CELIA NEVES RODRIGUES e outros, com fundamento no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. SERVIDOR FALECIDO ANTES DO INÍCIO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO. ILEGITIMIDADE DO SINDICATO PARA SUBSTITUIR OS SUCESSORES.

I. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de execução de título judicial, deferiu a habilitação dos herdeiros do ex-servidor José Fernando de Melo Rodrigues, afastando a alegação de existência de prescrição.

II. Em suas razões recursais, a parte agravante defende que a habilitação não pode ser admitida, haja vista que o ex-servidor faleceu antes do início da ação de conhecimento, pelo que, em face do art. 18 do NCPC (antigo art. 6º), o *de cujus* não integrou a referida ação, inexistindo direito de seus sucessores nessa execução. Ainda, sustenta que o pleito de habilitação se deu em janeiro/2009, ou seja, mais de 11 anos após o falecimento do substituído, do que se deduz que ocorreu a prescrição da pretensão executória, eis que da data do falecimento dele decorreram mais de 5 anos, pelo que prescrito o direito conforme súmula 150 do STF c/c o art. 1º, do Decreto 20.910/32. Ademais, alega que na inicial da ação coletiva consta expressamente que apenas os servidores figuram como substituídos na aludida demanda.

Destarte, os pensionistas não estão representados, de modo que os herdeiros do ex-servidor não figuravam como substituídos na aludida ação.

III. Analisando a questão, verifica-se que a Segunda Turma do TRF 5ª Região adota o entendimento de que o sindicato não possui legitimidade ativa para substituir os sucessores, pois os herdeiros de filiados não são filiados, salvo se coincidentemente pertencerem à mesma categoria. Precedente: PROCESSO: 08070215620144058300, DES. FEDERAL LEONARDO CARVALHO, 2ª Turma, JULGAMENTO: 19/12/2017.

IV. Na hipótese, o ex-servidor José Fernando de Melo Rodrigues faleceu em 1997 (id. N° 4050000.12393785), ou seja, antes do início da ação de conhecimento que ocorreu em 2000 (id. n° 4050000.12393784), pelo que, em face do art. 18 do NCPC (antigo art. 6º), o *de cujus* não integrou a referida ação, de modo que inexistente direito de habilitação dos herdeiros na referida execução.

V. Agravo de instrumento provido" (fls. 321/322e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, em acórdão assim sumariado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE HERDEIROS. SERVIDOR FALECIDO ANTES DO INÍCIO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO. ILEGITIMIDADE DO SINDICATO PARA SUBSTITUIR OS SUCESSORES. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL.

I. Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que deu provimento ao agravo de instrumento, para reconhecer a ocorrência da prescrição da habilitação dos herdeiros.

II. Em suas razões recursais, a parte embargante alega, em síntese, que o acórdão ora embargado apresenta omissão quanto ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça de que sindicato possui legitimidade ativa para substituir a pensionista diante da natureza do vínculo que a pensão gera em relação à viúva do servidor, devendo esta ser incluída, portanto, na categoria representada pelo sindicato, sendo desnecessária sua efetiva filiação à entidade.

III. O fato é que, o acórdão foi claro ao fundamentar que: 'Analisando a questão, verifica-se que a Segunda Turma do TRF 5ª Região adota o entendimento de que o sindicato não possui

legitimidade ativa para substituir os sucessores, pois os herdeiros de filiados não são filiados, salvo se coincidentemente pertencerem à mesma categoria'.

IV. Esclareceu o acórdão que 'Na hipótese, o ex-servidor José Fernando de Melo Rodrigues faleceu em 1997 (id. nº 4050000.12393785), ou seja, antes do início da ação de conhecimento que ocorreu em 2000 (id. nº 4050000.12393784), pelo que, em face do art. 18 do NCPC (antigo art. 6º), o de cujus não integrou a referida ação, de modo que inexistente direito de habilitação dos herdeiros na referida execução'.

V. O Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 1.022 (art. 535 CPC/1973), condicionou o cabimento dos embargos de declaração à existência de omissão, contradição, obscuridade e erro material, não se prestando o citado recurso à repetição de argumentação contra o julgamento de mérito da causa.

VI. Embargos de declaração improvidos" (fl. 401/402e).

Sustenta a parte recorrente o seguinte:

"1. Da violação aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015: nulidade do acórdão que julgou os embargos de declaração

(...)

A C. Turma regional deu provimento ao agravo de instrumento da autarquia, por entender ser ilegítimo o sindicato para substituir os sucessores do servidor José Fernando de Melo Rodrigues, falecido antes do ajuizamento da ação ordinária que ampara a execução de sentença.

Contudo, restou omissa o *decisum* quanto à amplitude da substituição processual, tendo em vista a atuação do sindicato em nome da categoria que representa.

(...)

O correto é que sejam adotados meios que simplifiquem o acesso dos herdeiros do *de cujus* a créditos por ele deixados - e não o contrário. Nesse sentido, cabível a aplicação análoga do art. 112 da Lei nº 8.213/91.

Diante disso, verifica-se que o entendimento mais acertado à espécie é que seja possibilitada a transmissão do crédito objeto da execução aos sucessores indicados.

Por fim, cumpre indicar o silêncio do acórdão acerca da não ocorrência prescrição da pretensão executória pela não habilitação

dos sucessores do *de cujus*, uma vez que inexistente na legislação prazo estipulado neste sentido. Com efeito, a legislação sobre a matéria refere que se suspende o processo pela morte de qualquer uma das partes (art. 313, I, CPC/2015), bem como se suspende a execução nas hipóteses previstas no art. 313, conforme dispõe o art. 921, II, também do CPC/2015.

Dessa forma, embora tais pontos tenham sido expostos de maneira extremamente clara quando da oposição dos embargos de declaração, não houve qualquer manifestação pelo Tribunal a quo acerca dos vícios apontados.

Em suma, não houve manifestação sobre todos esses aspectos por parte do acórdão do agravo de instrumento. E a decisão dos declaratórios, a seu turno, também não se manifestou a respeito, padecendo de nulidade, eis que incidiu em clara violação aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015:

(...)

Por outro lado, cumpre mencionar que o fato de as omissões se referirem também a dispositivos constitucionais não impede a interposição e o provimento do presente recurso especial, haja vista que a violação aos arts. 489 e 1.022, do CPC/2015, verifica-se justamente pela ausência da adequada manifestação por parte do órgão julgador quanto aos dispositivos trazidos pelos recorrentes como aptos a fundamentar sua tese.

Assim sendo, é caso de decretação da nulidade da decisão proferida nos embargos declaratórios, devendo o feito ser devolvido para a C. Turma do TRF da 5ª Região, para que o aludido recurso seja apreciado, em seu mérito, e corrigidas as omissões verificadas.

Sucessivamente, impõe-se que seja tida por prequestionada a matéria suscitada nos embargos declaratórios, passando-se à análise das violações infraconstitucionais adiante expostas.

(...)

2. Da violação ao art. 240, 'a', da Lei nº 8.112/90, e aos arts. 18 e 778, § 1º, II, do CPC/2015: amplitude da substituição processual - legitimidade do sindicato e possibilidade de habilitação dos herdeiros do servidor falecido

O acórdão ora embargado deu provimento ao agravo de instrumento da autarquia, por entender ser ilegítimo o sindicato para substituir os sucessores do servidor José Fernando de Melo Rodrigues, falecido antes do ajuizamento da ação ordinária que ampara a execução de sentença.

Entretanto, ao assim decidir, o acórdão incorreu em afronta ao art.

240, 'a', da Lei nº 8.112/90 e aos arts. 18 e 778, § 1º, II, do CPC/2015.

Isso porque, independentemente do falecimento do servidor, tendo ficado pensionista habilitada, que veio a falecer apenas em 11/07/2011, o Sindicato quando atuou como substituto processual permaneceu sendo parte legítima na ação ordinária, para buscar o direito que foi conferido aos sucessores, ora recorrentes. Nesta condição, seus filiados e associados, como no caso a pensionista falecida, obtiveram o direito ao pagamento de diferenças ao reajuste de 3,17%.

A morte de determinado servidor não tem, pois, o poder de extinguir a legitimidade do direito conferido à entidade sindical, de pleitear as verbas agora devidas aos sucessores do servidor falecido.

Desse modo, o entendimento adotado pelo acórdão é incompatível com a amplitude da substituição processual, tendo em vista a atuação do sindicato em nome de toda a categoria que representa.

Nesse sentido, o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça, o sindicato possui legitimidade ativa para substituir a pensionista diante da natureza do vínculo que a pensão gera em relação à viúva do servidor, devendo esta ser incluída, portanto, na categoria representada pelo sindicato, sendo desnecessária sua efetiva filiação à entidade:

(...)

Da leitura dos referidos julgados, verifica-se que o falecimento do substituído não interfere na legitimidade do substituto, uma vez que a natureza do vínculo que a pensão gera em relação à pensionista do servidor não lhe exclui da categoria representada pelo sindicato.

DESTARTE, IRRELEVANTE O FATO DE QUE O FALECIMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO OCORREU ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO (REsp 1.515.475/RS, Min. Mauro Campbell Marques, 20/05/2016).

Além disso, a legitimidade da ADUFEPE para promover a ação coletiva mediante atuação como substituta processual encontra amparo, no âmbito constitucional, no art. 8º, inciso III, da Carta Magna, que confere ampla e irrestrita liberdade às entidades sindicais para atuar na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos da categoria, em sede judicial ou administrativa, conforme texto constitucional.

Por outro lado, o teor do art. 18 do CPC/2015 (equivalente ao art. 6º do CPC/73), que genericamente proíbe que alguém pleiteie direito alheio em nome próprio, ressalva a possibilidade de tal atuação quando há autorização legal. E, pois, desse dispositivo que se origina a

autorização infraconstitucional para o sindicato atuar como substituto processual, *verbis*:

Art. 18. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

Tal autorização legal encontra-se na alínea 'a' do artigo 240 da Lei nº 8.112/90:

Art. 240. Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

a) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;

Ademais, resta evidente a atuação do sindicato como substituto processual, na defesa de direitos/interesses coletivos ou individuais nos termos do art. 3º da Lei nº 8.073/90, *in verbis*:

Art. 3º. As entidades sindicais poderão atuar como substitutos processuais dos integrantes da categoria.

Ademais, a previsão de atuação do sindicato como substituto processual, na defesa de direitos/interesses coletivos ou individuais, nas fases liquidatória e executiva, encontra-se nos arts. 97 e 98 da Lei nº 8.078/90, *in verbis*:

Art. 97. A liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, assim como pelos legitimados de que trata o art. 82. (...)

Art. 98. A execução poderá ser coletiva, sendo promovida pelos legitimados de que trata o art. 82, abrangendo as vítimas cujas indenizações já tiveram sido fixadas em sentença de liquidação, sem prejuízo do ajuizamento de outras execuções.

Considerando, assim, que esses dispositivos autorizam a substituição processual pelo sindicato, é evidente que em tais casos a entidade sindical defende os interesses de toda a categoria que representa, e não apenas de alguns substituídos, incluindo-se, assim, a pensionista de servidor já falecido.

De fácil percepção a simpatia do ordenamento jurídico em relação à efetividade dos meios instrumentais de defesa coletiva de direitos, voltada para a minimização das formalidades que obstem a celeridade

na entrega da prestação jurisdicional.

Em suma, a morte de determinado servidor não tem, pois, o poder de extinguir a legitimidade do direito conferido à entidade sindical de pleitear as verbas devidas aos sucessores.

Portanto, ainda que não na qualidade de herdeiros do servidor falecido, mas sim na de herdeiros da pensionista que veio a óbito no decurso da execução, os sucessores indicados fazem jus ao crédito.

Cumpre referir, ainda, o disposto no art. 778, § 1º, II, do CPC/2015 (equivalente ao art. 567, I, do CPC/73), *in verbis*:

Art. 778. Pode promover a execução forçada o credor a quem a lei confere título executivo.

§1º Podem promover a execução forçada ou nela prosseguir, em sucessão ao exequente originário:

II - o espólio, os herdeiros ou os sucessores do credor, sempre que, por morte deste, lhes for transmitido o direito resultante do título executivo; (sem grifos no original)

(...)

Por fim, cumpre indicar o silêncio do acórdão acerca da não ocorrência prescrição da pretensão executória pela não habilitação dos sucessores do *de cujus*, uma vez que inexistente na legislação prazo estipulado neste sentido. Com efeito, a legislação sobre a matéria refere que se suspende o processo pela morte de qualquer uma das partes (art. 313, I, CPC/2015), bem como se suspende a execução nas hipóteses previstas no art. 313, conforme dispõe o art. 921, II, também do CPC/2015.

Nesse sentido, é de relevo referir a recente decisão proferida pelo il. Ministro Mauro Campbell Marques no julgamento do REsp nº 1.744.661/RS, publicada em 11/06/2018, na qual, ao dar provimento ao recurso especial do sindicato, consignou que a entidade sindical possui legitimidade ativa para substituir os sucessores, nos termos da jurisprudência do E. STJ. Veja-se:

(...)

Por todo o exposto, deve ser mantida a decisão que determinou o prosseguimento da execução, com a habilitação dos sucessores do servidor José Fernando de Melo Rodrigues e o consequente recebimento dos valores executados.

Impõe-se, assim, a reforma do acórdão recorrido com o provimento do presente recurso especial" (fls. 445/455e).

Requerem, ao final, "o conhecimento e provimento do presente recurso especial, para que: a) seja decretada a nulidade do acórdão proferido no julgamento dos embargos declaratórios, retornando os autos para que o Tribunal os julgue novamente, apreciando os vícios apontados, em sua totalidade; b) na hipótese de rejeição do pedido anterior, considerando-se prequestionada a matéria, deve ser mantida a decisão que determinou o prosseguimento da execução, com a habilitação dos sucessores do servidor José Fernando de Melo Rodrigues e o conseqüente recebimento dos valores executados" (fls. 455/456e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 463/478e).

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fl. 480e).

A irresignação merece parcial acolhimento.

Em relação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.666.265/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/03/2018; STJ, REsp 1.667.456/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2017; REsp 1.696.273/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017.

No mérito, assiste razão aos recorrentes.

Com efeito, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia dos autos, nos seguintes termos:

"Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de execução de título judicial, deferiu a habilitação dos herdeiros do ex-servidor José Fernando de Melo Rodrigues, afastando a alegação de existência de prescrição.

Analisando a questão, verifica-se que a Segunda Turma do TRF 5ª Região adota o entendimento de que o sindicato não possui legitimidade ativa para substituir os sucessores, pois os herdeiros de filiados não são filiados, salvo se coincidentemente pertencerem à mesma categoria. Veja-se:

(...)

Na hipótese, o ex-servidor José Fernando de Melo Rodrigues faleceu em 1997 (id. nº 4050000.12393785), ou seja, antes do início da ação de conhecimento que ocorreu em 2000 (id. nº 4050000.12393784),

Superior Tribunal de Justiça

pelo que, em face do art. 18 do NCPC (antigo art. 6º), o *de cujus* não integrou a referida ação, de modo que inexistente direito de habilitação dos herdeiros na referida execução.

Diante do exposto, dou provimento ao agravo de instrumento" (fls. 158/161e).

Ao que se tem, o entendimento do acórdão recorrido destoa da orientação desta Corte Superior, segundo a qual "o óbito de um de servidor, abrangido pela atuação do sindicato representativo de toda a classe, antes da impetração do mandado de segurança coletivo, não tem relevância para a formação do título judicial, cujo efeito *erga omnes* possibilita que eventual pensionista pleiteie, em nome próprio ou por substituição, os direitos alcançados pela concessão da segurança no procedimento executivo" (STJ, AgInt na ExeMS 10.424/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 03/04/2019).

Nesse ponto, merece reforma, portanto, o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, por divergir do entendimento do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao Recurso Especial, para, afastada a ilegitimidade do sindicato, determinar a remessa dos autos à origem, a fim de que se prossiga na análise da demanda, como se entender de direito.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora